

Miguel Torga, ano de 2007

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES
Universidade de Coimbra

1. As comemorações do centenário do nascimento de Miguel Torga, que actualmente decorrem em Portugal, têm-se destacado pela sua dimensão e pelo seu impacto. Para além de vários congressos (já realizados e a realizar), uma exposição biblioiconográfica visitará as principais cidades do país; em Coimbra, cidade onde o poeta residiu nas últimas décadas da sua vida, foi há dias inaugurada a casa-museu do escritor¹, ao mesmo tempo que, para S. Martinho de Anta (o seu *axis mundi*) se anuncia a construção de um outro edifício (encomendado ao conceituado Arquitecto Souto Moura), destinado a funcionar como Auditório e “Centro de Interpretação e Divulgação”. A sua obra, até há poucos anos confinada à modéstia de edições de autor, tem vindo agora a conhecer uma divulgação vastíssima que vai do livro de bolso à edição em capa dura, reunida em “coffret”. A todas estas celebrações (que têm contado com o apoio e a presença de entidades oficiais, a nível local e nacional), junta-se ainda um sem-número de iniciativas de Escolas e de Associações culturais e recreativas, um pouco por todo o país. Os órgãos de comunicação social, por sua vez, para além de uma ampla e atenta cobertura noticiosa, têm feito manchete das celebrações e têm dedicado ao assunto dossiês específicos: no dia preciso em que se assinalaram os 100 anos do nascimento do escritor, a televisão pública conferiu claro destaque à efeméride, através de reportagens em directo nos telejornais e fazendo emitir um vasto documentário sobre a vida e a obra torquianas².

¹ Na sua edição de 27 de Agosto, O Diário coimbrão *As Beiras* incluía uma reportagem sobre a dita Casa-Museu, dando conta de um movimento (notável) de cerca de 65 visitantes por dia.

² A este propósito, tem sido muito criticado o facto de o Governo não se ter feito representar directamente num dos actos públicos de homenagem, ocorrido a 12 de Agosto último, por iniciativa da Câmara Municipal de Coimbra. Tratou-se concretamente da inauguração de um monumento ao poeta (nas imediações do Largo da Portagem) e da abertura da Casa-Museu.

Uma homenagem tão vincada a um escritor (que não se via em Portugal desde há muitos anos) pode sempre justificar-se por motivos estéticos. Como bem sabemos, porém, raramente a Literatura é comemorada em si mesma. O próprio acto de “comemorar” pressupõe uma necessidade comunitária que nem sempre depende da valia do artista que é objecto de celebração. É sabido, aliás, que não existe maneira de aferir a verdadeira dimensão de um escritor, determinando o lugar que ele ocupa numa hipotética escala do mérito. Embora dizendo-nos alguma coisa sobre a figura e a obra de um “grande escritor”, o alarido positivo que actualmente se faz sentir por ocasião da passagem do primeiro centenário do nascimento de Torga dá-nos assim (e sobretudo) preciosas informações sobre a sensibilidade portuguesa do momento e sobre o papel particular que nela ocupa a Literatura.

Na história (na história da literatura, como na história em geral), o sucesso é sempre filho do tempo e os processos de revisão são imparáveis, assinalando, por vezes, surpreendentes inflexões. Cientes disso mesmo, contentemo-nos, para já, em indagar os pressupostos e os efeitos de um fenómeno que, mesmo tendo base literária, não deixa de envolver interessantíssimos contornos sociais. Procuremos designadamente, confrontar o que pode depreender-se dos textos torquianos (lidos “hic et nunc”) com as orientações que prevalecem nas presentes celebrações; tentemos, por fim, mais ousadamente, discernir não só o que elas revelam mas também o que podem esconder.

2. Está fora de dúvida que Miguel Torga é o escritor do regime nascido com o 25 de Abril. Tinha tudo para o ser e bem pode dizer-se que a canonização nesse sentido foi pacífica e imediata. Se no plano cívico, Torga tinha sido um resistente ao autoritarismo de Salazar, no plano estético, a sua obra poderia ser lida como uma glorificação da liberdade pessoal e colectiva. Para mais, os seus livros, também eles de aparência austera, conjugavam-se com a figura impoluta, num raríssimo registo de coerência. O seu ascendente no Regime democrático instaurado com o 25 de Abril faz inclusivamente lembrar aquele de que desfrutou outro escritor, durante a 1ª República. Refiro-me a Guerra Junqueiro, que morreu sob reconhecimento quase unânime, tendo sido sepultado no Panteão Nacional, com honras verdadeiramente inéditas. Também a

Independentemente do acerto ou desacerto do Governo (que, apesar de tudo, se fez representar nos dois actos pelo Delegado Regional da Cultura) o que interessa assinalar, neste contexto, é exactamente o facto de essa omissão ter dado origem a um coro enorme de protestos e censuras, por parte dos diferentes quadrantes culturais e político-partidários.

Junqueiro (mais ainda do que a Torga) coube desempenhar um papel importante (muitas vezes panfletário) na oposição à monarquia, entretanto deposta³.

Com o tempo, porém, a democracia transformou-se em referência incontestada na vida pública portuguesa; e essa circunstância (benfazeja) levou inevitavelmente a um progressivo esvaziamento da aura dos chamados “artistas de regime”. No caso de Torga, porém, ao contrário do que sucedeu com outros, essas alterações de sensibilidade foram trazendo à tona outros focos de veneração colectiva. De tal forma que, nos últimos dez anos, de “escritor da democracia”, Torga viria depois a transformar-se em “escritor da Pátria”⁴. E também não faltam razões para explicar este processo de espessamento canónico. Depois de um prolongado ocaso que, entre nós, resultava, em grande parte, da reacção ao nacionalismo do Estado Novo, o ideal de Pátria tem vindo a regressar à ribalta, justificando um cada vez maior esforço de militância, não só já por parte de intelectuais de direita, como também por parte de vários nomes importantes da esquerda política e social, e também por parte de alguns sectores da sociedade civil, cada vez mais preocupados com uma possível perda da independência nacional⁵. Assim aconteceu um pouco por toda a Europa (em compreensiva reacção aos avanços da integração

³ Apesar de tudo, tem de ressaltar-se a enorme margem de liberdade que vigorava durante o regime monárquico, que permitiu a Junqueiro, por exemplo, escrever livros de violenta invectiva política como *Pátria* ou *Finis Patriae*, contrastando, no caso de Torga, com episódios de censura no tempo do Estado Novo, envolvendo uma vigilância constante em relação ao escritor, apreensão de livros e ainda uma detenção no cárcere do Aljube. A este propósito, para além das biografias mais correntes de Torga, pode consultar-se, com proveito, o recente trabalho de Nunes (2007).

⁴ É muito significativa a tónica do já citado documentário emitido pela RTP 2, a 12 de Agosto passado: sob o título “Miguel Torga, o meu Portugal” Luís Costa optou por antologiar um conjunto de textos do autor sobre a realidade geossocial portuguesa, recitados por Sinde Filipe (com imagem do actor José Pinto, encarnando o próprio Torga, em pose de escrita e de viagem) e intercalados por comentários de alguns críticos, com destaque para António Barreto, que sublinhou essencialmente a sua relação com o Tempo e o Espaço do Portugal rural do século XX.

⁵ Para confirmar este meu juízo, cito apenas dois factos recentes: a cadadura de reacções suscitadas por uma entrevista de José Saramago ao *Diário de Notícias* (15 de Julho último), admitindo a integração de Portugal numa futura nação ibérica e as preocupações constantes de um fórum de reflexão económica (significativamente designado por “Compromisso Portugal”) com a perspectiva de as conhecidas e velhas disfunções da nossa economia virem a originar, a breve prazo, a alienação da nossa independência política.

política)⁶. Ora, mais do que qualquer outro escritor do século XX, Miguel Torga tinha todas as condições para vir a desempenhar esse papel. Não que fosse o único a poder cumprir essa função: havia sempre Aquilino, um velho competidor de Torga nas disputas canónicas, cujos restos mortais, por sinal, acabam de ser transferidos para o Panteão Nacional de S. Vicente de Fora, por decisão da Assembleia da República⁷. E havia ainda, pelo menos, outros dois bons candidatos- Jorge de Sena e Sophia de Mello Breyner; mas, independentemente dos seus atributos artísticos, nenhum deles possuía, em proporção adequada, as condições que confluíam em Torga: carisma cívico, obra una, extensa e diversa; visão missionária da Literatura e da Vida; confissões recorrentes e provadas de amor a Portugal.

É claro que Torga não é o nosso primeiro escritor identitário. Antes dele e mesmo deixando de fora o caso de Fernão Lopes (cujo ideário, como sabemos, pelo menos no que respeita à *Crónica de D. João I*, se situa no limite da visão senhorial), foram-no já Luís de Camões e António Vieira. Foram-no depois todos os românticos (Garrett, Herculano e Oliveira Martins), Pascoais e um certo Pessoa. Com a diferença de nestes últimos, a ideia de Pátria não se limitar já ao significado geo-cultural (de matriz ciceroniana), tendo passado a equivaler ao conceito geo-político de “estado-nação” da era moderna, constituindo uma realidade orgânica e uma evidência política e étnica.

⁶ São muito significativos os sinais disso mesmo nos tempos mais recentes. Veja-se, sobretudo, a presença do tema nas campanhas eleitorais de âmbito nacional, designadamente no que respeita à corrida à Presidência da República, de 2006. Aquilo que talvez fosse impensável 10 anos antes tornou-se agora realidade: uma competição pelo nacionalismo que contaminou praticamente todos os candidatos, com destaque para aqueles que mais aceitação tiveram por parte do eleitorado (Aníbal Cavaco Silva e Manuel Alegre).

⁷ Refiro-me à resolução da Assembleia da República, nº 11/2007, publicada em *Diário da República* de 17 de Março, que conduziu à cerimónia ocorrida em 19 de Setembro último, com a presença do Chefe de Estado. De resto, nem essa mesma homenagem póstuma escapou à polémica. Por entre manifestações de relutância estética, merece destaque o protesto de alguns sectores monárquicos, que não deixaram de evocar o envolvimento de Aquilino na preparação do regicídio de 1908. Interrogado sobre este mesmo acontecimento, D. Duarte Nuno (o actual pretendente ao trono), não se limita a desvalorizar os méritos artísticos de Aquilino (“outros mereceriam homenagem idêntica”), manifestando-se pela exclusão de Saramago e apontando Miguel Torga como merecedor dessa mesma distinção (Declarações publicadas no Primeiro caderno do semanário *Expresso*, de 5 de Outubro último).

Ora, na criação torguiana a Pátria não é propriamente uma evidência. Situa-se, bem, pelo contrário, em patamares ocultos, reclamando, ao mesmo tempo, uma atitude de adoração e decifração. Tão-pouco a Pátria constitui para Torga uma realidade linear (como constituíra para a maioria dos escritores que o antecederam nesta mesma linha). Na sua amplitude temporal e espacial, dir-se-ia que Portugal surge na obra torguiana como objecto poligonal, comportando pelo menos (e de forma conjugada), três vertentes: a **Terra**, a **Língua** e o **Povo**. O exame dessa tríade pode inclusivamente conduzir-nos a algumas pistas para explicar a (para alguns surpreendente) voga de Torga no Portugal de hoje. Começemos pela Terra

a- na perspectiva torguiana, a terra portuguesa não se resume na paisagem, por muito deslumbrante e castiça que esta possa ser. É certo que o artista não se cansou de enaltecer a beleza da terra portuguesa, à qual votou um culto quase místico. O mais importante, porém, é o que existe para além do que se vê. É o que se sente ou pressente que o escritor procura na(s) terra(s) que visita e revisita em atitude de constante perscrutação. A este propósito, existe também uma diferença significativa relativamente ao paisagismo romântico: enquanto este servia de enquadramento ou de duplicação dos sentimentos das personagens (é assim, desde logo, no Vale de Santarém das *Viagens* ou nos desfiladeiros penhascosos que envolvem a acção de *Eurico o Presbítero*), em Torga a terra é animizada em si mesma: surge dotada de energia própria, condensada e sublimada ao longo dos séculos. Nessa medida se pode dizer que enquanto a paisagem romântica se deixa ver e admirar, sem mais, em Torga a terra exige uma percepção divinatória. Só assim se explica a necessidade de o escritor viajante regressar ao mesmo sítio, como se fosse impossível captar, de uma só vez, a alma recôndita de cada lugar. Visto na sua globalidade, Portugal equipara-se assim a um corpo integrado, com energia irrigada e com centros axiais, fundamentalmente ligados à Terra e ao Mar. São esses que o escritor mais se empenha em descrever, ciente de que neles pode colher-se a pulsação do “organismo” nacional⁸.

⁸ A complementaridade e a diversidade da terra portuguesa são uma constante ao longo da obra de Torga. Mas ganham expressão maior no *Diário* e no livro intitulado *Portugal*, verdadeira síntese do esforço de geodecifração compreendido pelo autor ao longo de décadas.

b- por sua vez, a Língua Portuguesa representa uma outra face do mesmo Graal oculto. Também ela surge temperada por séculos de história, constituindo, ao mesmo tempo, a testemunha e o legado mais importante da presença dos portugueses no mundo. A obra de Torga, designadamente as reflexões metaliterárias que nela abundam, contém, de facto, um vasto acervo de declarações de apreço pela Língua Portuguesa, onde se adivinham ecos indirectos do filologismo de base humanista e romântica, que chega a proclamar a superioridade do nosso idioma sobre qualquer outro. Enquanto instrumento de comunicação corrente, a Língua é assumida, ao mesmo tempo, como limitação e como desafio: no plano da Lírica, por exemplo, são inúmeras as alusões às dificuldades em verter no verbo todo o caudal da inspiração mediunicamente colhida⁹. No plano da prosa, o que mais impressiona é a busca da precisão e da síntese, como se houvesse uma **expressão perfeita** e o escritor tivesse obrigação de procurar encontrá-la.

Mas, em Torga, a Língua é também Património. Assim se compreende, por exemplo, o lugar importante que na ficção do autor detém a linguagem popular, colocada na boca de personagens que se definem indistintamente pelo agir e pelo dizer (a ponto de poder dizer-se que as personagens da ficção torguiana falam pouco mas decisivamente). Nessa medida se exprime o apreço medular pela Literatura, concebida como esplendor da Língua e cultuada como a suprema cristalização da energia colectiva. Nesse mesmo plano ganha sentido a admiração de Torga pelos escritores patrimoniais, entendendo por estes todos os que criam a partir da sua própria experiência e dos seus afectos. Entende-se bem, por exemplo, a sua admiração por Camilo e Pascoais; como, na mesma linha, se percebe o seu desapareço por Eça de Queirós: o Eça que, em seu juízo, inventa uma Tormes postiça, insistindo no sacrilégio de falar das serras absolutamente de cor¹⁰.

⁹ Sobre o desencontro constante que em Torga existe entre a inspiração e as limitações do Verbo, tive já ocasião de escrever um pequeno ensaio (Cf. Bernardes, 1997).

¹⁰ As notas de apreço e desapareço de Torga em relação a outros escritores portugueses encontram-se dispersas ao longo do seu *Diário*. E encontram-se ainda preciosamente resumidas numa Conferência lida pelo autor na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, em 17 de Agosto de 1954, sob o título “Panorama da Literatura Portuguesa” (agora recolhido em Torga, 2000).

Nessa mesma base se entende ainda o diálogo privilegiado que manteve com os escritores do “grande século” XVI (Gil Vicente, Sá de Miranda e o seu muito admirado Fernão Mendes Pinto). Não se estranha, porém que o destaque mais visível vá para Camões. Com efeito, não pode deixar de revelar-se sintomático que Torga releve um conjunto assinalável de afinidades com o autor *d’Os Lusíadas* (lembremo-nos de que a crítica presencista – Régio e Gaspar Simões, em particular, tinha valorizado mais o Camões lírico): o amor pela Língua e a fé na Arte da Palavra, a ideia de que, para além dos filtros da Retórica, a criação literária deve ser “autêntica”, na mensagem que transmite, nos referentes que suscita e na experiência vital de que deriva. A sintonia entre Torga e Camões é, por fim, bem visível no diagnóstico sombrio da Pátria presente e na esperança (ainda que sempre adiada) numa Pátria melhor.

C- A terceira e última face dessa realidade poligonal que é a Pátria tem o nome de **Povo**. Escrevendo na década de 40, Torga teria podido fazer equivaler o conceito a uma determinada classe social. Mas não foi exactamente assim: por estranho que possa parecer, a visão torguiana de Povo encontra-se mais perto dos modelos românticos, que nele viam uma energia deificada, orientada para um destino supremo. A diferença reside na circunstância de que, em Torga, esta mesma ideia se opõe fortemente a **Elites** (conceito que, por sua vez, excede também a pura conotação social). Para além da base romântica, poderia dizer-se que, em Torga, a ideia de **Povo** equivale então a um aglomerado de gente (“gens”) identificada através de um Património, centrado na Língua e numa atitude mental constante: por força das adversidades geossociais que, mais do que qualquer fatalidade étnica, condicionam os traços de carácter. Assim idealizado, o Povo constitui enfim (para Torga como para outros escritores identitários do século XX) o último reduto da legitimidade nacional e uma possibilidade sempre renovada de corrigir os desmandos e as descrenças das elites.

O camponês e o aventureiro são os figurantes essenciais dessa realidade meio difusa, funcionando o primeiro como face atávica e o segundo como representante da vontade de superar essa mesma face. As histórias de Torga tomam por base a fidelidade do primeiro à terra e a impossibilidade de o segundo regressar, uma vez tomado pela ambição e pela embriaguez da viagem. A própria história pessoal de Miguel

Torga encena o drama dessa dificuldade em reassumir, na íntegra, uma determinada condição matricial¹¹.

E é ainda a esta luz que deve ser entendido o anti-europeísmo que Torga manteve até ao fim dos seus dias. Para além da condenação geral do “capitalismo tentacular” interessado em terciarizar o mundo, o escritor parece essencialmente temer que a integração de Portugal na Europa venha a conduzir à diluição económica, política e mesmo linguística. De alguma forma, a consumação desse desiderato representava mais uma traição das elites em relação a esse Povo vindo do fundo dos tempos, a quem se deve a génese e a permanência da Nação¹².

3. Olhando por este prisma para o legado de Torga e tendo em conta as comemorações do centenário do seu nascimento torna-se necessário tentar explicar uma certa contradição. De facto, tendo sido (ao que parece) um derrotado da História (como antes dele o foram Sá de Miranda, Herculano ou Oliveira Martins) como explicar a fortuna cívica que hoje parece inspirar celebrações tão grandiosas e generalizadas?

Salvo melhor opinião, os fundamentos desta contradição resultam de uma lógica muito comum nos processos de consciência colectiva, à qual, nos nossos dias, o fenómeno literário anda particularmente associado. Em bom rigor, a ideia do Portugal honrado e pertinaz (que tinha no camponês transmontano a sua sinédoque mais perfeita) configura uma utopia de carácter ético. E, ao contrário do que possa parecer, o facto de essa utopia ter vindo a ser desmentida pela realidade não lhe subtrai força simbólica. Como bem sabemos, no plano social como no plano individual, entre aquilo que achamos que devíamos atingir e o que realmente conseguimos alcançar vai muitas vezes a distância que separa o anverso e o reverso de uma mesma moeda, quase sempre mediada por muitas frustrações e também pelo sabor amargo da má-consciência.

¹¹ Sobre a força paradigmática do tema do regresso tive ocasião de me pronunciar, através da análise do conto “Natal”, que figura em *Novos Contos da Montanha*, em estudo a publicar muito brevemente pela Caixotim, sob coordenação de Isabel Rocheta e Serafina Martins, numa colectânea de Contos do século XX (acompanhados de pequenos ensaios).

¹² Para além das muitas notas contra a integração europeia que povoam os últimos volumes do *Diário*, veja-se a incisiva carta que Torga dirige a Mário Soares (datada de 7 de Maio de 1994), dada pela primeira vez à estampa na *Fotobiografia* do autor, dada à estampa por Rocha (2000: 180).

Parece claro, aliás, que, nas sociedades modernas, esse papel de reserva moral e utópica cabe cada vez mais à Arte. Em Portugal, caberá talvez mais à Literatura do que a qualquer outra forma de representação estética, uma vez que nela a *casa do ser* que é a Língua permite todos os jogos de ocultação e desvelamento. Falo, naturalmente, da Literatura que se celebra no plano cívico e daquela que se estuda obrigatoriamente nas Escolas, que são o lugar supremo de canonização. Penso ainda mais concretamente, na Literatura Portuguesa que, no âmbito da realidade nacional, ocupa um papel decisivo, enquanto noutros países, se encontra porventura mais distribuído pelas outras Artes, para além da Ciência e da Filosofia.

Se não me engano, é esse o motivo que explica que neste preciso momento se comemore, em Portugal, com entusiasmo quase consensual, o poeta-oficiante de uma Pátria que já não existe. A ponto de poder concluir-se que muito provavelmente, será mesmo como resistente e não como profeta ou como triunfador que Torga vai ficar para a história da cultura portuguesa. Ainda assim, restam-lhe (a ele e aos seus muitos admiradores) vários tipos de consolação. Resta-lhes, desde logo, a certeza de que a História não acaba (mesmo quando parece ter entrado em letargia). Por detrás de todos os traços de melancolia que na sua obra se foram acentuando com o tempo, Torga provou aliás, por várias vezes, ter-se mantido sempre receptivo às surpresas da História. De qualquer forma, é preciso lembrar que a fama dos artistas quase nunca resulta da consumação dos seus ideais estéticos ou políticos. Tenha-se em conta o que sucedeu com Luís de Camões (o “cedro desmedido” que Torga mais repetidamente incensou). Ainda e sempre no cumprimento de uma estranha lei das compensações, também Camões viria a alcançar glória intocada depois de, em vida, ter visto recusados todos os seus apelos e de ver negados todos os seus vaticínios.

BIBLIOGRAFIA

- Bernardes (1997): José Augusto Cardoso Bernardes, “Vocação e penitência na poesia de Miguel Torga”, in *Sou um homem de granito. Miguel Torga e o seu Compromisso*, Lisboa, Salamandra.
- Nunes (2007): Renato Nunes, *A Pide e Miguel Torga*, Coimbra, Livraria Minerva.
- Rocha (2000): Clara Crabbé Rocha, *Miguel Torga. Fotobiografia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Torga (2000): Miguel Torga, "Panorama da Literatura Portuguesa",
in *Ensaios e Discursos*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 149-165.